

O trabalho em causa na “epidemia depressiva”

Luciano Pereira

*Por que Gregor Samsa estava condenado a servir numa firma em que
à mínima omissão se levantava logo a máxima suspeita?*

FRANZ KAFKA, *A metamorfose*.

Hoje há um consenso entre as esquerdas, ou o que sobrou delas, de que, há trinta anos, o capital vem acumulando vitórias sobre vitórias. As reformas estruturais obtiveram êxito em desorganizar o campo do trabalho, desfazer suas conquistas e enfraquecer os valores morais e culturais por meio dos quais os movimentos de trabalhadores norteavam suas lutas. Nosso objetivo aqui é investigar a contrapartida psíquica dessas mudanças estruturais entre a outrora chamada classe trabalhadora.

Nas últimas três décadas, vimos o surgimento da expressão “epidemia depressiva”, e depois de seu aparecimento na década de 1980, quando assistimos a confirmações reiteradas, respaldadas por estatísticas, que comprovavam sua crescente incidência, a expressão foi se tornando um sinônimo do mal-estar contemporâneo.

Ao procurar entender o fenômeno, psicanalistas, antropólogos e sociólogos já acumularam uma quantidade considerável de teorias sobre o “mal do século”. As explicações variam entre a sociedade de consumo, o supereu do imperativo de gozo, a vivência de uma temporalidade acelerada, a medicalização da sociedade, a hegemonia da psiquiatria diagnóstica, as mudanças nos padrões normativos etc.

Não é interesse aqui empreender a crítica a essas teorias, mas chamar a atenção para o que todas elas têm em comum, mesmo na heterogeneidade do conjunto: a ausência do trabalho. Encontramos nas explicações da “epidemia depressiva”, ela também simbólica, mais um dos sintomas das derrotas até então vividas pelas forças do trabalho.

Seria o caso de indagar: já nos encontramos fora do reino da necessidade? Acaso homens e mulheres trabalham menos do que há trinta anos? O trabalhar não teria mais nenhuma importância no modo pelo qual os sujeitos constroem suas narrativas? O processo saúde-doença não se relaciona com a atividade que nos ocupa na maior parte do tempo da vigília? A precarização do trabalho não tem nenhum impacto na identidade daquele que trabalha?

Diante dessas perguntas, a grande maioria dos leitores provavelmente responderá de modo a confirmar a importância do trabalho no cotidiano e as suas repercussões em termos de autoestima ou de sofrimento patogênico. No entanto, na clínica, na teoria e na política, o sofrimento relacionado com o trabalho foi lançado à invisibilidade. A melhor maneira de não lidar com um problema é não reconhecê-lo. Mas seria o caso de tomar a invisibilidade do sofrimento relativo ao trabalho como parte do problema. Ela mesma precisa ser explicada porque, longe de se restringir a não querer ver, passa a ser parte constituinte do problema.

Medicalização da sociedade

Essa invisibilidade chega a ser desconcertante, já que o sofrimento psíquico ocupa, atualmente, um lugar inédito. Qualquer que seja o ângulo pelo qual abordamos a questão, seu peso e alcance logo se mostram evidentes. O universo da nosografia expandiu-se de tal modo que seria irreconhecível trinta anos atrás. A psiquiatria, ela mesma antes confinada ao manicômio, agora está presente também nos consultórios privados, nos serviços de saúde comunitários, na cultura cotidiana e na mídia.

A inflação da nosografia psiquiátrica é um fator determinante do crescimento das ditas novas psicopatologias e, ao mesmo tempo, de sua incidência. A Associação Psiquiátrica Americana é a principal responsável por isso, pois elabora o Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais, conhecido por DSM, que é adotado em todo o mundo. Da primeira versão do DSM à última, entre 1952 e 2000, o número de doenças mentais quadruplicou. No DSM-IV TR há, aproximadamente, quatrocentas entidades patológicas, enquanto no DSM-I havia 106 entidades. Além de descrever propriamente

as doenças, o DSM classifica nosograficamente uma enorme diversidade de afetos, condutas e relações humanas (cf. Horvitz, 2002, p. 2)¹.

No entanto, não é apenas pelo viés patológico que essa expansão abre seu caminho, pois, como uma contrapartida necessária do sofrimento psíquico, a saúde mental também ocupa um maior espaço nas mentalidades, para as quais não está apenas associada ao tratamento e à cura, mas ao bem-estar e à qualidade de vida (cf. Ehrenberg, 2004).

Para a compreensão completa dessa expansão no conjunto do mundo psi, deve-se levar em consideração os aspectos econômicos do complexo médico-industrial, visto que a patologização de comportamentos e afetos, associada ao consumo de psicotrópicos, abriu uma “janela de oportunidades” para a acumulação rentista por meio da criação de patentes (cf. Salomon, 2005). Assim, para cada atividade e afeto humano, há um tipo de droga psiquiátrica: humor (antidepressivos), sono (tranquilizantes), vigília (estimulantes), apetite (inibidores e estimulantes), temporalidade (ansiolíticos), concentração e desempenho (seja a antiga ritalina, seja a recente modafinil, do grupo dos eugeroicos – que em grego significa “bom despertar”!), além das drogas não psiquiátricas, mas que estão associadas a esse universo, como é o caso das pílulas para a sexualidade, cujo nome mais conhecido é o Viagra.

Ardil da dialética do iluminismo: a psicofarmacologia, que buscava a cura, passou a inventar doenças. As formas variam, seja pela patologização de qualquer “desvio” em relação à “norma”, com sua respectiva pílula, ou mesmo pela criação de uma patologia para uma nova pílula recém-descoberta.

Por exemplo, transtorno de fobia social – o medo de ficar tímido ou de ser humilhado em público – era considerado um transtorno raro até os médicos começarem a tratá-lo com Nardil (fenelzina), a partir da metade da década de 1980, e depois com IRSSs (Inibidores de Recaptação Seletiva de Serotonina), como o Paxil. Hoje, a fobia social é frequentemente descrita como o terceiro transtorno mais comum nos Estados Unidos da América. Histórias similares podem ser contadas a respeito do transtorno obsessivo-compulsivo e transtorno do pânico [...]. Como David Healy assinalou: a chave para vender drogas psicoativas é vender transtornos mentais (Elliot e Chambers, 2004, p. 5)².

No velho mundo, depois da publicação, em 1988, na França, do *Guia dos 300 medicamentos para se superar física e intelectualmente*, o governo e os pesquisadores voltaram-se para o problema da medicalização. Nesse mesmo ano, descobriu-se que o consumo de tranquilizantes e hipnóticos,

1. Atualmente, o manual está em sua quarta edição, publicada em 1994 e revisada em 2000. Ver Associação Americana de Psiquiatria (2000). Atualmente, uma força-tarefa internacional está encarregada de preparar o DSM-V, cujo lançamento está previsto para 2013.

2. Além de suas pesquisas, David Healy tem se destacado como publicista ao denunciar as relações escusas entre as corporações farmacêuticas e a academia, relação que já chegou ao ponto da criação de *ghost writers* que elaboram textos e pareceres para serem assinados por conceituados psiquiatras. Dono de uma extensa obra, tornou-se mais conhecido quando publicou um artigo correlacionando Prozac e suicídio, o que lhe custou o cargo de diretor em um hospital no Canadá.

nesse país, era cinco vezes maior que nos Estados Unidos (cf. Ehrenberg, 2005a, p. 140).

O uso generalizado de medicamentos é uma das manifestações da medicalização como forma de controle social. Segundo Peter Conrad (1992, pp. 209ss.), a “medicalização descreve um processo pelo qual problemas não relacionados com medicina são definidos e tratados como problemas médicos, comumente como transtornos”. Embora o “imperialismo dos médicos” seja um fator importante, a questão-chave para o autor é a definibilidade. Com efeito, a “medicalização consiste em definir um problema em termos médicos, usar uma linguagem médica para descrever um problema, usar um discurso médico para compreender um problema ou usar uma intervenção médica para ‘tratá-lo’”. Desse modo, a medicalização não se atém a doenças, transtornos ou desvios, mas engloba um amplo espectro que vai desde processos vitais, sobretudo no que diz respeito à vida das mulheres e dos idosos, até a relação de crianças e adolescentes com o aprendizado.

Ainda segundo Conrad, são inúmeros os problemas resultantes do controle social crescente caracterizado pela medicalização: suposição da neutralidade médica, domínio dos especialistas, despolitização do comportamento, desresponsabilização, “exclusão do mal”, individualização dos problemas sociais (cf. *Idem*, p. 223).

Como se vê, nenhuma menção ao trabalho. Mas não é difícil perceber que as relações entre medicalização e trabalho são profundas. Por enquanto, a título de exemplo, basta lembrar uma observação de Dejours sobre a ansiedade gerada pelos riscos para a saúde e para a vida representados por uma indústria de transformação do ramo petroquímico. A “tensão nervosa” vivenciada pelos trabalhadores resultava no consumo de medicamentos psicotrópicos ante o perigo: “ansiolíticos durante o dia, soníferos à noite e psicoestimulantes de manhã” (Dejours, 1992, p. 68).

Muitas das pesquisas críticas a essa ordem de coisas têm centrado foco, com toda razão, na produção do discurso psiquiátrico, questionado sua cientificidade e normatividade, agora em vigor em toda a sociedade e não só nas instituições totais. Mas seria pertinente inverter o problema e indagar pelas demandas sociais que teriam colocado a psiquiatria e seus dispositivos num lugar tão especial. Ao pensar a *questão depressiva*, Prozac incluído, Alain Ehrenberg pergunta:

[...] como é que um medicamento veio a encarnar a esperança sem dúvida irracional, mas hoje compreensível, de se livrar do sofrimento psíquico? Hoje e não

ontem. Para que um remédio possa encarnar tal fantasia, para que produza um tal encontro entre uma medicação e a aspiração social foi necessário que esse sofrimento viesse a ocupar progressivamente um lugar central em nossa sociedade (Ehrenberg, 1998, p. 83).

Depressão e sociedade

A mais importante referência a respeito da relação entre fatores sociais e depressão é Alain Ehrenberg, notadamente pelo supracitado *La fatigue d'être soi* (1998). A obra é o último volume de uma trilogia iniciada com *Le culte de la performance* (2005a), seguida de *L'individu incertain* (2005b).

A epidemia depressiva é explicada, em primeiro lugar, pelas mudanças nas normas de conduta, que não são mais pautadas pela disciplina e pela culpa e passam a operar por meio das noções de responsabilidade e de iniciativa. Embora a medicalização seja um fator da questão depressiva, para Ehrenberg, já nos anos de 1970, a depressão – acompanhada da drogadicção – torna-se um fenômeno de massa, ou seja, antes da invenção da fluoxetina e sem o pessimismo marcante de nossos dias (cf. Ehrenberg, 1998, p. 19). A segunda causa para o sucesso sociológico e psiquiátrico da depressão é o declínio da referência ao conflito, tanto o conflito psíquico como o conflito social; por isso, Ehrenberg considera que Freud deixou de ser atual.

Para o sociólogo francês, a psicanálise é confrontada com um novo tipo de paciente, cuja característica é a perda de valor próprio. O que está em jogo é uma necessidade de ser, uma “insegurança identitária crônica”, por isso se destaca a expressão “personalidade depressiva”, ou seja, a ideia de que essa síndrome não revela mais uma neurose, mas uma patologia narcísica (cf. *Idem*, pp. 138ss.). Assim, o sucesso contemporâneo da depressão é a revanche de Janet contra Freud, pois “a insuficiência é para o homem contemporâneo o que o conflito era para o homem da primeira metade do século XX” (*Idem*, p. 235)³.

A questão do arrefecimento do conflito e da culpa, presente já há algum tempo na teoria psicanalítica sobre as novas psicopatologias, não é de modo algum um consenso entre os psicanalistas. Em um extremo estão aqueles que, por trás dos novos sintomas, encontram as patologias freudianas clássicas. No lado oposto, estão os que, justamente para dar conta do mal-estar da pós-modernidade, não relutam em repensar categorias psicanalíticas tão fundamentais quanto o recalque.

3. “Em Janet, há uma concepção estática da energia psíquica: ele chama força psicológica a quantidade de ‘energia’ que uma pessoa possui e ‘tensão psicológica’ a capacidade de utilizar essa força – daí a centralidade do tema da fadiga. Na psicatenia, a ‘síntese psíquica’ é desregulada [...]. É a insuficiência psíquica que impede a síntese” (Ehrenberg, 1998, pp. 47-48).

Em vez dos dilemas referidos ao “recalque” das pulsões sexuais genitais ou pré-genitais, ou da agressividade sexualizada, outras queixas se fazem ouvir: por que tenho tudo o que quero e nada me contenta? [...] Por que, enfim, não encontro forças para mudar e vencer a apatia existencial que parece me comandar? (Costa, 2000, p. 13)

Ao se contrapor à polarização simplificadora estabelecida pelo autor entre sintomas, cuja causa estaria no recalque, e queixas de fundo existencial, Irene Cardoso questiona: “a identificação dessas *novas* formações subjetivas teria como base uma teoria do psiquismo, cujo acento seria cultural, recusando, portanto, uma perspectiva estrutural?” (Costa, 2001, pp. 11-12). A partir de uma abordagem estrutural, a autora aponta nesta formulação um sintoma do “*desaparecimento cultural da psicanálise*”. Parece ser esse o caso, pois, quando se abre mão do axioma do conflito intrapsíquico, não se trata mais de psicanálise.

A análise de Ehrenberg não só se situa como se afirma a partir do desaparecimento cultural da psicanálise de inspiração culturalista e opera com um quadro comparativo de duas épocas. A partir dos anos de 1950, inicia-se uma mudança normativa na qual se opera uma passagem do binômio permitido-proibido para o possível-impossível. Em outros termos, a mudança se dá, no plano interior, da culpabilidade para a responsabilidade e, no plano exterior, da disciplina para a iniciativa: “ontem as regras mentais demandavam conformismo, hoje, elas exigem iniciativas e atitudes mentais. O indivíduo é confrontado a uma patologia da insuficiência mais do que a uma patologia da falta, ao universo da disfunção mais do que ao da lei, o deprimido é um homem em pane” (Ehrenberg, 1998, p. 15). Essa hipótese já está presente em *Le culte de la performance*, no qual o autor analisa a ampliação e o vazamento dos valores da concorrência econômica e da competição esportiva para a conduta cotidiana dos indivíduos.

As consequências culturais e os custos psíquicos desse indivíduo performativo são expostos em *L'individu incertain*. A “pane da ação” desse indivíduo que não dá conta da “trajetória” que estabeleceu para si mesmo requer novas “técnicas de ação sobre o eu”. Entre essas técnicas, o autor situa o uso de drogas lícitas e ilícitas e os programas televisivos de relacionamento.

Responsabilidade e desfiliação

Sem negar os méritos da obra de Alain Ehrenberg, de suas intuições e dos caminhos por ele abertos, nossa pesquisa não dá a mesma importância

à noção de responsabilidade, ideia há muito presente no imaginário social. Vejamos outro exemplo:

Chegamos ao neoliberalismo, à queda do Muro de Berlim, e não nos tornamos todos loucos, perversos, “sem-família” ou quaisquer outros fantoches do pesadelo frankfurtiano da “sociedade totalmente administrada”. Continuamos, com ou sem pai freudiano, *a nos sentir responsáveis pelos males que nos afligem e a procurar resolver aquilo que está ao nosso alcance*. Não estamos no melhor dos mundos, mas não capitulamos diante do que ele tem de pior (Costa, 2000, p. 13; grifos meus).

Ao acordar do pesadelo frankfurtiano, Costa depara-se com algo bem real: a responsabilidade com relação àquilo *que está ao nosso alcance*. É disso mesmo que se trata, mas com o sinal trocado: o que é interpretado como positivo, nós tomamos como a matriz de nosso problema.

A caracterização ehrenberguiana do indivíduo contemporâneo está ligada, mesmo que por uma filiação indireta, à teoria de capital humano, isto é, àquilo que Michel Foucault (2008) considera a vertente norte-americana do neoliberalismo.

A teoria do capital humano surge nos Estados Unidos na década de 1950 – mesma década em que Ehrenberg situa o início da mudança normativa que deixa de ser marcada pelo par culpa-disciplina e passa para o par iniciativa-responsabilidade – e, nos anos de 1990, sai do mundo corporativo e é adotada por quase toda a sociedade⁴. Nas palavras de Osvaldo López-Ruiz, esse novo *ethos* se dá a partir de uma

[...] nova equação que parece orientar os valores [e que] hoje poderia ser resumida como: “consumo-formação-permanência social”. O “consumo”, em lugar da poupança, assegura o acesso não só aos bens, mas também aos *conceitos* requeridos para manter a posição social. A educação é substituída pela “formação”, *formação permanente* pela qual cada indivíduo é responsável e que é entendida crescentemente em termos de “treinamento” – o *non stop training* exigido hoje pela corporação. A “permanência social”, como valor perseguido, não tem relação com a falta de aspiração a ascender socialmente, mas com uma necessidade anterior, [...] a de não *ser desconectado* (López-Ruiz, 2004).

A partir de uma leitura crítica do capital humano, Rodnei Nascimento lembra que as novas formas de dominação se assemelham à prestação de serviço, dada a transferência da responsabilidade “aos próprios trabalhadores

4. O discurso da responsabilidade, no entanto, está presente em tantas esferas da vida social que seria pertinente supor que estamos lidando com um novo sistema ideológico. Se no mundo do trabalho tal discurso é consequência da individualização da força de trabalho, na sociedade como um todo a responsabilização sucede a crise das instituições republicanas. Os exemplos são os mais variados: protagonismo juvenil, consumo responsável, infrator responsável, as parcerias entre empresas responsáveis, terceiro setor e Estado, por fim, a responsabilidade fiscal (cf. Souza, 2007; Fontenelle, 2009; Günter, 2006, 2007; Paoli, 2002). Além de responsabilização, outro tema que lhe é correlato ganha força, a saber, a participação: “O fato é que, hoje, [...] se faz (se insiste em fazer) a celebração das virtudes democráticas dos chamados fóruns públicos de participação popular, ao mesmo tempo que a assim chamada sociedade civil organizada é conclamada (se insiste em conclamar) para a renovação democrática da vida política” (Telles, 2007, pp. 202-203). Assim, se do trabalhador se demanda responsabilidade, do cidadão se demanda participação.

pelo desempenho de sua atividade e pela contínua reprodução aperfeiçoada de sua força de trabalho. É como se o trabalhador fosse uma empresa que presta serviço e devesse agora explorar a si mesmo em benefício de outra empresa” (Nascimento, 2006, p. 192).

O modelo contemporâneo de organização do trabalho, que divulga e incentiva a adoção desses valores, contraditoriamente está fundado em práticas de dominação fortemente marcadas pelo autoritarismo, e prova disso é a onipresença do assédio moral. Apesar de incorporar tais estratégias da sedução, a gestão comporta uma violência simbólica de teor inaudito, que atinge todas as ocupações profissionais.

Em um mundo que passa por uma brutal re-hierarquização, salta aos olhos que em Ehrenberg não haja referência à hierarquia da organização do trabalho e à fratura social representada pela precarização do trabalho. Ora, precarizados e empreendedores representam duas respostas aos mesmos problemas: a dissolução das solidariedades de classe e dos arranjos republicanos sustentados pela ideia de nação (cf. Arantes, 2006, p. 36, n. 22)⁵. Sem espaço de atuação pública e de pertencimento a alguma coletividade, esse sujeito *desfiliado* – e não “excluído”, para lembrar Robert Castel – não pode enxergar senão um horizonte rebaixado, já que as energias utópicas, por enquanto, saíram de cena. Esse quadro que, por assim dizer, congela o presente, seccionando-o do passado e do futuro, torna mais insuportável o descontentamento com o trabalho e as frustrações com as promessas do consumo, dada a aparente impossibilidade de mudá-los. É nessa sociedade a um só tempo privatizada e re-hierarquizada que aparece a questão da ausência de reconhecimento, da invisibilidade, do desprezo e da humilhação social.

A essa re-hierarquização corresponde, para cada instituição, formas negativas de relações pessoais. Nas fábricas, bancos e lojas, temos o assédio moral; nas escolas, o *bullying*; nas prisões, dentre o rol de barbaridades, temos, no extremo, a “vida matável”.

Sob altos níveis de competitividade, rompem-se os vínculos entre os trabalhadores, de modo que esses passam a tolerar o que antes era intolerável. Nesse processo, vítimas e algozes passam a consentir o sofrimento padecido e o infringido, e nesse exercício cotidiano se dá a banalização do mal – mais um conceito criado para designar o nazifascismo, que é reativado tendo em vista a contemporaneidade. O trabalho, então, tem se tornado um laboratório de crueldade que se espalha por toda a sociedade (cf. Dejours, 2007; Arantes, 2004).

5. “O retorno atual de fenômenos massivos de desligamento e de exclusão sociais, de racismo e de guerra étnica, nos ensina isto: as formas do conflito político e da luta de classes foram formas civilizadoras e integradoras. Elas fizeram recuar as alteridades irreduzíveis, misturaram populações heterogêneas, integraram em comunidades nacionais indivíduos e grupos vindos de diversos lados” (Rancière, *apud* Arantes, 2006).

A iniciativa e a responsabilidade, termos pelos quais Ehrenberg caracteriza o padrão normativo, podem resultar não em aumento de autonomia, como afirma, mas em seu contrário: iniciativa para se sujeitar, para ser o mais útil na prestação de serviços a outrem. Nossa análise leva então ao conflito intrapsíquico, pois é ele que está em jogo nas variadas formas de descompensação.

Para nós, portanto, o que se passa com os sujeitos, atualmente, não pode ser descrito pelo arrefecimento da culpabilidade e da disciplina, como quer Ehrenberg. Se o imaginário social contemporâneo é povoado e assombrado pelo culto da *performance*, pelo discurso do capital humano e pela divisão entre *losers* e vencedores, e de fato é, não quer dizer que isso seja o fator mais importante. Para sabê-lo é preciso sair da superfície.

Vale lembrar que a posição de Ehrenberg está embasada na análise de três magazines semanais de grande tiragem na França. O sociólogo pesquisou a evolução das quatro últimas décadas dessas revistas. A distância entre o cotidiano e o discurso midiático, a publicidade e as pseudoteorias da administração não deve ser apagada pela teoria. Caso contrário, poder-se-ia concluir que todos são cínicos, perversos e performáticos malsucedidos. Assim, o conflito, seja intrapsíquico, seja social, ao contrário do que pensa Ehrenberg, é o que está por trás da epidemia depressiva. Mas não descartamos inteiramente o argumento central do livro de Ehrenberg, antes o situamos em outra perspectiva.

Só se pode entender o que Ehrenberg chama de iniciativa e responsabilidade se atentarmos para o fato de que a disciplina e a culpabilidade não perderam força como ele afirma; pelo contrário, há situações de trabalho em que elas se fortaleceram. Ao mesmo tempo, a iniciativa e a responsabilidade são formas que a organização do trabalho e, a partir desta, a sociedade como um todo criaram para fazer com que os indivíduos se implicassem com metas quantitativas, sob a forma de avaliações individuais de desempenho, e programas de qualidade total.

A iniciativa e a responsabilidade são novos elementos discursivos efetivos, mas a origem delas está no fato de as empresas terem imposto uma competição generalizada entre tudo e todos. Assim, sem abandonar a disciplina, as empresas lançam mão de novas estratégias⁶.

Para entendermos a contrapartida psíquica das novas formas de gestão, voltemo-nos para as recentes descobertas da psicodinâmica do trabalho (PDT), disciplina criada por Christophe Dejours.

6. Segundo Arantes, “é preciso ressaltar que Foucault tomou cuidado de alertar seus leitores ativistas a não pensar em termos de substituição linear, uma sociedade de soberania substituída por uma ordem disciplinar e, esta, por um sistema gestor das populações ou sociedade de governo, mas a ter em mente uma estrutura triangular no comando do processo de governamentalização do Estado, um triângulo composto por soberania-disciplina-gestão governamental, tendo na população o seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais” (Arantes, 2006, p. 32).

Trabalho e subjetividade

A PDT compartilha uma tese cara a muitos sociólogos, a saber, a centralidade do trabalho. Para Robert Castel, por exemplo, “o trabalho permanece como referência dominante não apenas economicamente como também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente, fato que se comprova pelas reações daqueles que não o têm”.

Mas a definição de trabalho da PDT nasce da clínica do trabalho. Assim, segundo Dejours e Molinier, o trabalho pode ser definido como uma atividade “coordenada de homens e mulheres para defrontar-se com o que não poderia ser realizado pela simples execução prescrita de uma tarefa de caráter utilitário com as recomendações estabelecidas pela organização do trabalho” (2008, p. 137). Ou seja, tal atividade entendida como trabalho vivo é caracterizada pela distância entre prescrição e execução. Se os trabalhadores seguissem à risca o que lhes foi prescrito, a execução do trabalho seria prejudicada. É nisso que consiste a operação-padrão, uma forma de resistência que se dá quando os trabalhadores cumprem exatamente a prescrição da organização do trabalho. O hiato entre prescrição e execução é o real do trabalho, ou seja, aquilo que resiste ao domínio e ao entendimento. Então, na lida com o real, os trabalhadores mobilizam a subjetividade, fazem uso da engenhosidade e da cooperação.

A mobilização subjetiva é o processo pelo qual o “sujeito mobiliza sua inteligência e sua personalidade em função de uma racionalidade subjetiva particular” (*Idem*, pp. 135-136). Nessa acepção de mobilização há que sempre levar em conta a individualidade e, se as “técnicas de mobilização das subjetividades singulares não faltam no mercado empresarial, as pesquisas permitem deduzir que nenhuma delas pode outorgar-se o sucesso da mobilização”.

A engenhosidade é uma “forma de inteligência que convoca o corpo todo – inteligência do corpo – e não apenas o funcionamento cognitivo”. Tal mobilização do que é essencialmente humano é “alheia à ordem do maquinal, mesmo que, periodicamente, essas capacidades possam ser objeto de uma ‘extração’ de conhecimentos, o que permite padronizar e, eventualmente, robotizar certas operações”.

Por fim, a cooperação é entendida não como um resultado mecânico da organização do trabalho. Para que uma efetiva cooperação possa ocorrer, são necessárias duas condições, a saber, a existência de relações intersubjetivas de confiança e um “espaço de discussão” que garanta que os acordos feitos pelo coletivo tenham eficiência reguladora.

A mobilização da subjetividade, do corpo e da intersubjetividade é uma contribuição individual e coletiva para a organização real do trabalho. Como nada está garantido de antemão, lidar com o real do trabalho traz sofrimento, mas esse sofrimento pode se converter em sofrimento patogênico ou em gratificação. Para que o desfecho seja favorável é necessário que o resultado do trabalho encontre reconhecimento. A ausência de reconhecimento abre um campo para a descompensação psicológica, cujas consequências em termos de sofrimento serão aqui analisadas.

No entanto, como podemos observar, a conceituação da PDT a respeito do trabalho o toma como um atributo antropológico; torna-se então necessário historicizá-la a partir de duas variáveis construídas por Danièle Linhart, socióloga do trabalho francesa que tem o mérito de haver contribuído analiticamente no debate sobre a centralidade do trabalho, cujas posições costumam ser doutrinárias.

Segundo a autora, em primeiro lugar, é preciso levar em conta que a *relação com o trabalho* varia, historicamente, mesmo em períodos relativamente curtos. A partir de 1968, por exemplo, o trabalho passou a ser objeto de forte contestação. Mas já nos anos de 1980, num contexto de recessão econômica, ele passou a ser valorizado. Em segundo lugar, é necessário pensar a *vivência no trabalho*, e aqui deve-se levar em consideração a atividade e quem a exerce. Por exemplo, uma atividade que confere prestígio e que é exercida por um profissional qualificado é portadora de maior envolvimento com o trabalho.

Mas a relação de todos com o trabalho é fortemente marcada pela ambivalência, resumida nas duas frases que seguem: “Não se pode viver sem trabalho: o trabalho dá sentido, valor ao tempo livre e à vida” e “O trabalho impede de viver, de aproveitar a vida; ele estraga a vida; não se tem tempo suficiente para viver” (Linhart, 2007, p. 42). Talvez essa ambivalência possa ser traduzida em termos de prazer-sofrimento. Para Dejours e Molinier, esse é um dos aspectos pelos quais o trabalho afirma sua centralidade, pois essa é

[...] percebida na construção da identidade, na realização de si mesmo e na saúde mental – ou mesmo na saúde somática. O trabalho é gerador de saúde ou, ao contrário, um constrangimento patogênico. O trabalho jamais é neutro, considerado deste ponto de vista. Ou joga a favor da saúde ou, pelo contrário, contribui para sua desestabilização e empurra o sujeito para a descompensação (Dejours e Molinier, 2008, p. 141).

Em suas primeiras pesquisas, o objeto de Dejours eram as psicopatologias relacionadas com o trabalho. No entanto, ele passou a observar em sua clí-

nica situações de trabalho em que, apesar de comportarem diversos fatores desencadeantes, o sofrimento não acontecia, ao menos não na intensidade que se poderia esperar. Por que nem todo mundo adocece?

Dejours constata que os sujeitos criavam estratégias defensivas individuais ou coletivas para não sucumbir diante das possibilidades de descompensação psíquica⁷. As estratégias defensivas sofrem variação considerável em cada situação de trabalho ou classe social. No caso do que Dejours chama de subproletariado, hoje mais comumente denominado como trabalhadores precarizados, as estratégias defensivas configuram o que o autor chama de ideologia da vergonha. Como a doença e o sofrimento são uma ameaça à sobrevivência no sentido de que tais padecimentos representam gastos com remédios, ausência no trabalho e maiores riscos de demissão, a manifestação do sofrimento é associada à vagabundagem. Quando fracassa, a ideologia da vergonha dá lugar a “alcoolismo, violência antissocial, loucura com todas as formas de descompensação, psicóticas, caracteriais e depressivas” (Dejours, 1992, pp. 29ss.).

No entanto, a eficácia da ideologia da vergonha se deve ao fato de ela ser elaborada e alimentada coletivamente, já que substitui os mecanismos de defesas individuais. No caso do trabalho taylorizado, as defesas coletivas não possuem a mesma força, uma vez que um dos objetivos da organização do trabalho taylorista é justamente quebrar o coletivo⁸. Apesar de uma fábrica taylorista ser marcada pela uniformização, justamente por conta da quebra do coletivo, o sofrimento não é o mesmo para todo trabalhador, há uma *diferenciação* do sofrimento de um trabalhador para outro. Por isso, o autor critica certa apropriação pela psicopatologia de uma interpretação sociológica da vivência psíquica “que atribui somente às condições materiais e econômicas as causas do sofrimento e reduz a dor a um reflexo simples da luta de classes” (*Idem*, p. 40).

Se há razão nessa crítica, como há, aliás, na crítica a toda forma de reducionismo, nós acreditamos que os achados da PDT não devem ficar restritos apenas às ciências do campo psi.

Voltando a tais achados, Dejours aponta que na fala dos trabalhadores, sobretudo aqueles que estão sob a organização de trabalho fordista, é possível constatar um verdadeiro “refrão obsessivo” a respeito da perda de sentido do trabalho. O trabalho é visto como algo indigno, inútil, frustrante, desqualificado e sem significado: “Raros são aqueles que ainda creem no mito do progresso social ou na participação a uma obra útil” (*Idem*, p. 49).

A perda de sentido do trabalho – ainda mais exposta com tal força por um teórico que defende a centralidade do trabalho para o sujeito – é digna

7. A partir dessas observações, o foco mudou das psicopatologias para a “normalidade” entendida como um “equilíbrio instável, fundamentalmente precário, entre o sofrimento e as defesas contra o sofrimento” (cf. Lancman e Szelwar, 2008, p. 53). Como o próprio título do texto citado já esclarece, essa nova perspectiva leva Dejours a fundar uma disciplina chamada psicodinâmica do trabalho.

8. “Mesmo se [os trabalhadores] partilham coletivamente da vivência do local de trabalho, do barulho, da cadência e da disciplina, o fato é que, pela própria estrutura desta organização do trabalho, os operários são confrontados um por um, individualmente e na solidão, às violências da produtividade” (Dejours, 1992, p. 39).

de uma maior consideração. Trata-se de um curto-circuito. Os sujeitos precisam do reconhecimento no trabalho para manter sua saúde psíquica, mas o trabalho atual em vez de possibilitar reconhecimento se torna uma afronta à dignidade de homens e mulheres. A perda de sentido no trabalho é fonte de sofrimento na forma de uma vivência depressiva que se torna muito comum. Essa vivência depressiva marca “o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo”. Não são tanto as exigências mentais ou psíquicas do trabalho que fazem surgir o sofrimento. A certeza de que o nível de insatisfação não irá diminuir marca o começo do sofrimento.

Dejours retira tais conclusões de suas pesquisas com o operariado na linha de produção fordista. Mas não podemos levantar a hipótese, passados já trinta anos da realização dessas pesquisas, de que a perda de sentido do trabalho se universalizou?

É inegável que, ao lado da questão da centralidade do trabalho, outra tendência contrária se afigura, a da irrealidade do trabalho. Uma vertente da crítica de economia política que defende a crise do valor observa que atualmente há situações de trabalho que podem ser caracterizadas pela irrealidade, pois nelas nada se produz. A irrealidade do trabalho acaba pela valorização de “habilidades de autossugestão, autorrepresentação e simulação de competência como as virtudes mais importantes” (Grupo Krisis, 1999, p. 21).

Os exemplos multiplicam-se: professores que são impedidos de ensinar por conta da progressão continuada; acadêmicos que publicam um mesmo artigo em várias versões diferentes para cumprir os requisitos de produtividade bibliométrica. Aliás, o próprio Dejours afirma que a partir da instituição da avaliação individualizada de desempenho e dos programas de certificação de qualidade total, os funcionários passam a fazer uso extensivo da mentira, da fraude e da dissimulação⁹. Entre a necessidade do sujeito de reconhecimento e a perda de sentido e a irrealidade do trabalho abre-se um campo para o sofrimento psíquico.

Mas por acaso, sob a reprodução capitalista, não teria sido sempre assim? Tendo como mote a questão da centralidade do trabalho para o sujeito, Jaqueline Imbrizi elabora uma crítica contundente a Dejours. Ela o faz a partir do referencial frankfurtiano, especificamente de três autores: Adorno, Horkheimer e Marcuse. Uma passagem de Marcuse citada pela autora sintetiza bem o seu próprio argumento:

Certamente pode haver também “prazer” no trabalho alienado [...] o alfaiate que apresenta um terno bem cortado, [...] o trabalhador que preenche sua quota – todos

9. Vale lembrar que a Enron representou o outro lado dessa fraude sistêmica: balanços, projeções de lucro e empreendimentos fantasiosos e maquiados para alimentar a bolha financeira da empresa, até o dia em que a bolha estourou; mas não importa, os casos vão se sucedendo, as bolhas estouraram aqui para ressurgirem lá.

poderão sentir prazer num “trabalho benfeito”. Contudo, ou esse prazer é extrínseco (previsão de uma recompensa), ou é satisfação (em si mesma um indício de repressão) de estar bem ocupado, no lugar certo, de contribuir com sua parcela no funcionamento da engrenagem. Num caso ou noutro, tal prazer nada tem a ver com a gratificação pulsional primordial. Associar o desempenho em linhas de montagem, em escritórios e lojas, com as necessidades pulsionais é glorificar a desumanização como prazer (Marcuse, *apud* Imbrizi, 2005, p. 242).

Embora a crítica do trabalho alienado, tal como é feita na passagem acima, seja imprescindível, outros movimentos precisam ser levados em conta.

João Bernardo (2004), por exemplo, trabalha com os conceitos de hetero-organização e auto-organização. Os trabalhadores reagem ante os aspectos alienantes do trabalho. É o que demonstra a luta secular pela redução da jornada de trabalho. Se adotarmos as determinações de modo exclusivo, a clínica do trabalho já não é necessária, já que toma como ponto de partida as situações de trabalho. No entanto, o contrário também é verdadeiro, ou seja, o esforço da PDT de não cair no economicismo não pode fazer com que ela perca de vista a crítica da economia política.

Vejamos como a PDT pode lidar com o conceito de trabalho alienado: “A noção de alienação – em Marx e nos pós-marxistas – é aberta o suficiente para que ousemos indagar se a clínica do trabalho não poderia justamente contribuir para a elaboração de seu sentido”. O trabalho, “mesmo alienado, é frequentemente menos deletério que a privação de trabalho. E se examinarmos ainda mais minuciosamente a contradição, encontraremos situações em que o trabalho, mesmo dominado, aparece como meio de realização de si e como mediador da emancipação do sujeito” (Dejours, 2008a, pp. 22ss.).

Aqui, a alienação não designa um dado em si, ela é um desfecho possível se a ela não é anteposta a *resistência*. Na falta dela surgem as patologias que assolam o mundo do trabalho. Mas o sofrimento não é uma consequência direta das situações alienantes de trabalho, já que, paradoxalmente, “essas patologias são antes a trágica expressão de uma luta contra a alienação”.

A despeito da importância da análise de Imbrizi, ela peca por se prender em demasia à sua inspiração frankfurtiana, sem levar em conta que os trabalhadores não vivenciam de modo passivo a alienação do trabalho.

Curiosamente, as posições parecem invertidas: a PDT é acusada de reformista por constatar que o trabalho propicia prazer e os sujeitos trabalhadores esperam por reconhecimento, mas a análise dos casos por intermédio de sua

clínica comporta um teor altamente crítico. Por meio dela, deparamo-nos com uma realidade do mundo do trabalho desconhecida pelos autores contemporâneos filiados à teoria crítica e pelos movimentos políticos à esquerda.

Por outro lado, os autores da PDT não levam até as últimas consequências os resultados de suas pesquisas. Atualmente, no entanto, nenhuma proposta política emancipatória ou de políticas públicas pode ignorar a contribuição da PDT, assim como das outras teorizações sobre a relação sofrimento e trabalho.

Muito cético quanto à existência efetiva das mudanças toyotistas, Dejours atribui boa parte do sofrimento no mundo do trabalho a dois novos elementos, as avaliações individuais de desempenho e os certificados de qualidade total. Esses princípios de organização do trabalho trazem um rol de consequências:

[...] de um lado, o crescimento extraordinário da produtividade e da riqueza, mas, de outro, a erosão do lugar acordado à subjetividade e à vida no trabalho. Disto resulta um agravamento das patologias mentais decorrentes do trabalho em crescimento em todo o mundo ocidental, o surgimento de novas patologias, em particular os suicídios nos próprios locais de trabalho – o que não acontecia jamais antes da virada neoliberal –, e o desenvolvimento da violência no trabalho, a agravação das patologias da sobrecarga, a explosão da patologia do assédio (Dejours, 2004b, p. 28).

Sufrimento e trabalho

Segundo Seligmann-Silva (2009, p. 33), na maioria dos casos de depressão relacionada com o trabalho a síndrome aparece associada às patologias acima mencionadas, por isso em cada uma delas procuramos enfatizar o sofrimento depressivo, cuja presença se dá seja como a principal consequência, seja como parte da sintomatologia¹⁰.

O reverso do capital humano: o sofrimento na servidão voluntária

A servidão voluntária, conceito de Etienne de La Boétie, tem sido trazida à baila por estudiosos do trabalho como contraponto às teorias do capital humano, especificamente seu conceito de “capitalista-sócio” e as versões de toyotismo que caracterizam a empresa como uma família e outras versões correlatas, tais como a de equipe¹¹. A servidão voluntária descreve um processo pelo qual o trabalhador adere de forma incondicional ao discurso

10. A autora relata que, em seu atendimento em um hospital da Grande São Paulo, 80% dos casos que lhe foram encaminhados por sindicatos e por setores desse hospital tratava-se de depressão, desde os “episódios depressivos de vários graus e intensidade, [até] as depressões recorrentes”.

11. No filme *O grande chefe* (Dinamarca, 2006), Lars von Trier constrói seu argumento levando ao extremo a servidão voluntária. O chefe verdadeiro abre uma empresa com o capital dos próprios funcionários sem que esses o saibam; contrata um ator nada promissor para se passar por chefe; o comportamento de alguns desses, aí sim, “capitalistas-sócios”, para com o suposto chefe é marcado ou pela bajulação ou pelo medo.

gerencial da empresa. Resultado de uma estratégia da empresa que tem sido chamada de “gestão por sedução”, a busca da adesão tem por objetivo que o trabalhador, denominado agora pelo infame “colaborador”, adote como seus os interesses e metas estabelecidos pela empresa. Nos casos em que esses discursos se mostram bem-sucedidos, a conduta do trabalhador é caracterizada por subserviência e bajulação.

A jogada consiste pois em manter boas relações com os colegas e com os administrados da empresa, posto que a promoção e a carreira se dão em função da cotação pessoal junto aos administradores [...]. Assim, o conformismo é rigorosamente respeitado. [...] proponho, para caracterizar esse mundo social de características bastante peculiares, o termo “convivência estratégica” (Dejours, 2008b, p. 33).

As novas formas de servidão voluntária são muito comuns entre os executivos, para os quais, como vimos, a teoria do capital humano foi criada.

Num artigo primoroso no qual analisa o caso de uma executiva de uma grande empresa de consultoria, Dejours depara-se com o sofrimento produzido pelas novas formas de servidão. No artigo em questão, o autor apresenta algo inteiramente novo no que diz respeito ao sofrimento psíquico no trabalho: a partir dos anos de 1990, suicídios passam a ser cometidos *no* ambiente de trabalho. A realidade por trás do discurso do capital humano é uma forma de controle cuja exigência é a submissão total.

No processo desencadeado pela empresa, o trabalho, a qualidade do trabalho, é o que menos importa. A única razão das represálias contra a senhora V. B. consiste no fato de ela não se mostrar submissa o bastante. É esse o fator crucial que conduzirá ao inexorável. A servidão é o elemento desencadeador do conflito que culminará no suicídio. [...] O que essa história nos ensina é que as patologias da servidão antigamente reservadas a empregados domésticos, do laçao à criada, afetam agora os executivos, inclusive os de alto escalão das empresas multinacionais. Eis o que encobrem, na mais sombria obscuridade, os suicídios nos locais de trabalho: o espectro de formas inteiramente novas de servidão que se alastram no mundo do trabalho e das quais nenhum de nós hoje pode se sentir protegido (*Idem*, pp. 35ss.).

O que essas mortes voluntárias revelam do cotidiano das fábricas, dos escritórios, do comércio e do serviço público?

Certamente, o mundo corporativo passou a servir de espelho e ideal para boa parte da sociedade, mas, por outro lado, há um movimento na direção

contrária, este muito mais desconhecido e silenciado: certos valores que antes eram das camadas profissionais subalternas se tornaram parte da rotina no topo da hierarquia. Assim, Dejours afirma que as práticas de servidão típicas dos serviços domésticos estão presentes entre os executivos de alto escalão das empresas multinacionais.

Mas as reviravoltas não ficam por aí, nesse curso no qual todas as classes sociais, excluídos os grandes proprietários, levam uma vida medíocre comparada com outras épocas e civilizações¹².

Curiosamente, outro paralelo entre os executivos e as camadas inferiores da estratificação social também é feito por Seiji Uchida (2007, p. 114). Ao contrário do que se imagina, em sua pesquisa Uchida encontrou em pleno funcionamento o “pensamento operatório”. Ora, acontece que a literatura costuma atribuir esse pensamento aos operários da linha de produção de tipo fordista! Nas palavras de Uchida, “esse tipo de resultado choca-nos, pois observamos a mesma consequência que vemos nos operários de linha: repressão do funcionamento psíquico que resulta em um funcionamento operante”¹³.

Depois de lembrar que a metáfora das “máscaras” é frequente na literatura sobre executivos, Ehrenreich observa que “os gerentes corporativos enfatizam a necessidade de um autocontrole de aço e a capacidade de ocultar todas as emoções e intenções por trás de faces públicas tranquilas, sorridentes e agradáveis” (Ehrenreich, 2006, p. 61)¹⁴.

Pouco tempo atrás não se poderia imaginar que uma droga ilícita como a cocaína seria alçada ao topo da hierarquia do trabalho e seria usada como prótese química para se manter os níveis de produtividade. Segundo Uchida, o uso de cocaína entre os executivos se deve ao fato de que a droga “possibilita, de um lado, que se mantenham atentos, produtivos, acelerados, dispostos; de outro, esse estado de excitação e euforia produz um estado de prazer que dá a falsa sensação da inexistência de problemas” (Uchida, 2007, p. 114)¹⁵.

Poder-se-ia imaginar que, por lidar com informações atualizadas, por ter que se relacionar tanto com outras partes da empresa quanto com fornecedores e clientes, os executivos sofressem de novas psicopatologias devido ao excesso de informações e à sobrecarga simbólica e afetiva própria da economia imaterial. Vai nessa direção o diagnóstico de Franco Berardi acerca das novas formas de sofrimento no “semicapitalismo”, e um dos exemplos seria a hiperexpressividade (cf. Berardi, 2009). A vida acelerada do executivo não pode ser explicada pelos excessos da vida contemporânea, mas, pelo contrário, ela é marcada pela falta de qualidade.

12. São as duas classes atacadas em seus “fundamentos vitais”. A vida de um executivo é a de um “trabalhador” em estado permanente de mobilização – quando o almoço se reduz a um hambúrguer digerido na frente de um computador, com o telefone tocando. É o que de uma maneira impressionista observa Mano Brown em *Privilégio 2 (o tempo é rei)*, quando diz: “se for olhar direito mesmo, o mundo todo está em crise [...]. Você não vê felicidade no olho de ninguém, nem do pobre, nem do rico”. Ver também Tonelli (2005).

13. Realmente, há motivo para o choque, pois a rigor os executivos não fazem parte das classes não proprietárias, posto que participam das políticas de corte de funcionários e auferem ganhos extraordinários na forma de bônus e gratificações, o que os coloca entre os proprietários detentores dos meios de produção e renda. Ver Haddad (1997).

14. A figura da máscara é uma manifestação do cinismo viril muito presente no mundo do trabalho. No âmbito do registro literário, podemos encontrar a expressão dessa figura em Kafka: “De outro modo, cara senhora – disse o gerente –, também não sei como explicar isso [o sofrimento de Samsa]. Esperemos que não seja nada grave. Embora por outro lado eu tenha de dizer que nós homens do comércio, feliz ou infelizmente – como se quiser –, precisamos muitas vezes, por considerações de ordem comercial, simplesmente superar um ligeiro mal-estar” (Kafka, 2008, p. 18).

15. “Uma informação extraída da experiência clínica relatada por alguns cardiologistas deve [...] suscitar iniciativas de estudos epidemiológicos acompanhados por pesquisa qualitativa. A questão a investigar seria: existe relação

entre uso abusivo de cocaína e o aumento das pressões nas áreas da média e alta administração? Pois o que tem chamado a atenção dos cardiologistas é o crescente número de casos de enfartos fulminantes ocasionados por overdose de cocaína. E as vítimas são muitas vezes executivos com menos de 40 anos” (Seligmann-Silva, 2009, p. 36).

A transcrição a seguir, de um caso clínico de um executivo de alto escalão, é um contraponto a essas leituras fantasiosas do mundo contemporâneo:

Eu fiquei pensando... Se eu morresse amanhã o que seria da minha vida? Não posso morrer, não assim, sem ter feito nada de valor, nada que tenha valido a pena. Sinto as coisas sem nenhuma graça. Me dediquei intensamente nos últimos quinze anos a ganhar dinheiro e creio que não preciso mais de dinheiro, nem eu nem meus filhos. Mas, eu paro agora e o que tenho: não consigo dormir, meu sono é invadido por problemas, que eu tento resolver em vão, não paro de pensar um segundo. Não conheço meu filho, meu bebê. Não sei o que ele significa, quem ele é, não consigo ficar com ele tempo algum. Fui fazer uma disciplina na pós-graduação e o professor pediu que nós definíssemos a palavra *qualidade*... E o que é qualidade? Eu pensei, semanas, e descobri *que não sabia o que queria dizer qualidade*. [...] No meu trabalho as pessoas querem ser iguais. Elas moram no mesmo local, têm o mesmo carro, vestem a mesma camisa, têm o mesmo relógio, usam a mesma caneta. Em uma das minhas viagens eu comprei um filtro para o ar-condicionado, por causa da asma, e o instalei no escritório. Aos poucos começou um mal-estar no trabalho. Eu sentia alguma coisa estranha, mas não sabia bem o que era, aí fui entendendo... um dia um colega chegou para mim e disse que talvez eu devesse tirar o filtro, porque os colegas estavam achando que eu queria me destacar, que eu estava querendo demonstrar um poder... Eu continuei com o meu filtro, afinal eu queria poder respirar... Mas desde então passei a ser visto como alguém inconfiável, que queria se destacar dos demais. A mínima diferença já causa uma grande reação. Eu não quero um lugar assim para mim, quero outra coisa... Quero trabalhar com pessoas legais, pessoas com quem eu possa aprender algo, que tenham qualidade. Eu quero encontrar as qualidades do mundo (Ab’Saber, s/d, pp. 12-13).

Na explicação de Uchida, a hiperatividade do executivo (tomada aqui não tanto em seu sentido patológico) não se deve aos excessos da pós-modernidade, já que ela é um mecanismo de defesa muito semelhante ao mecanismo de defesa do – aqui novamente – operário fordista, a saber, a aceleração. Em *A loucura do trabalho*, Dejours (1992) afirma que a aceleração é um mecanismo de defesa dos trabalhadores de linha de produção fordista. Dada a monotonia e a repetição dos mesmos gestos dia após dia, os trabalhadores aceleram seus movimentos e executam mais rapidamente suas tarefas para tornar mais suportável uma atividade que embrutece o trabalhador¹⁶.

16. No filme *A classe trabalhadora vai ao paraíso* (Elio Petri, Itália, 1971), o operário, personagem protagonista, usa da aceleração para suportar a labuta. Depois de certo limite, a aceleração gera um processo de descompensação psíquica, até que seu dedo é mutilado.

Patologias da sobrecarga decorrentes da intensificação do trabalho

Segundo Dejours, a sobrecarga psíquica gera fadiga e, se a atividade intensificada se prolonga, a fadiga pode resultar em uma depressão, se o trabalhador sobrecarregado apresentar uma estrutura neurótica (cf. Dejours, 2009, p. 31).

Mas a depressão não é a consequência mais negativa da pressão a que estão submetidos trabalhadores de diferentes qualificações. Se, num mesmo momento histórico, engenheiros toyotistas com menos de 40 anos, de empresas japonesas intensivas em tecnologia, morrem exauridos no próprio ambiente de trabalho – fenômeno esse batizado de *karôshi*, também presente na Europa e nos Estados Unidos –, ao mesmo tempo que, no estado de São Paulo, jovens cortadores de cana, alguns com 18 ou 19 anos, pressionados pelo pagamento por produção, ceifam suas vidas para abastecer as usinas, não resta dúvida de que, em todos os lugares, o mundo do trabalho traz consequências deletérias à saúde (cf. Dejours, 2008, p. 223; Alves, 2009). A morte súbita no trabalho representa a consequência extrema da intensificação do trabalho. Os enfartos acontecem cada vez mais com profissionais mais jovens. Inevitável não lembrar que no mundo dos esportes a pressão por desempenho tem causado a morte de atletas em diversas modalidades.

Quando se acreditava que, numa época em que a produção se caracterizaria por empresas limpas e baseadas no uso intensivo de tecnologia, o trabalho deixaria de ser penoso, surge uma nova relação entre trabalho e doença. O setor de serviços, especificamente, os bancos, empresas de cartão de crédito, as centrais de teletendimento e de processamento de dados “se tornaram a fonte da talvez mais importante onda de absenteísmo por motivos de saúde e por ‘inaptidões’ para o trabalho conhecidas até o presente” (Sznelwar e Massetti, 2002, p. 155). A causa desse absenteísmo atende pelo nome de LER/DORT (Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho), que tem alta incidência entre caixas de banco, digitadores e teletendentes.

Como já foi dito, o tipo de organização do trabalho adotado nas centrais de teletendimento guarda muitas semelhanças com o taylorismo. Trata-se de um trabalho fragmentado, repetitivo e que, se comparado com outros, é marcado por um “aumento substantivo dos constrangimentos de tempo, traduzidos por cadências mais fortes, reduções nos tempos de pausa e de micropausas e, sobretudo, um aumento significativo das possibilidades de controle sobre o que fazem os assalariados” (*Idem*, p. 154). As

empresas de teleatendimento são terceirizadas ou reterceirizadas. É sabido que o processo de terceirização caminha simultaneamente com a precarização do trabalho. Dada a baixa remuneração e as consequências deletérias para a saúde, a rotatividade é muito alta.

A LER entra em cena de maneira muito rápida. A expansão das empresas de teleatendimento e a expansão da LER formam um único processo.

Em um lapso de tempo muito curto, estes trabalhadores viveram um ciclo completo, desde a contratação e a esperança, até a doença, a “deficiência física” e, em alguns casos, até a aposentadoria por “invalidez”. Tradicionalmente as doenças profissionais ou ligadas ao trabalho, à exceção dos acidentes e intoxicações agudas, e suas consequências, aparecem a médio ou longo prazo. Poderíamos mesmo afirmar que seria a primeira vez na História que isso acontece, seria uma nova situação em termos de relação de trabalho e de saúde dos trabalhadores (*Idem*, p. 162).

Para Dejours, a LER/DORT só pode ser entendida como resultado de “uma agressão que tem início nas funções psíquicas”. Para adestrar o corpo para o processo produtivo, é preciso antes dobrar o espírito.

A comorbidade entre depressão e LER/DORT já se tornou um fato corriqueiro para os profissionais de saúde que atendem, nos serviços do SUS, os trabalhadores adoecidos. Segundo Seligmann-Silva, tal comorbidade “é plenamente compreensível, [dadas] as pressões psicológicas, a discriminação, as limitações e as múltiplas perdas, inclusive de autoestima e de perspectivas de desenvolvimento profissional [a que estão submetidos os trabalhadores]” (Seligmann-Silva, 2009). A descompensação psíquica na forma de depressão se deve aos “constrangimentos que se exercem sobre o corpo, através de uma sobrecarga das estimulações, da imposição de uma posição fixa, e de contrariar as necessidades fisiológicas”.

Pesando a partir dos termos do criador da psicodinâmica, Sznelwar afirma que a organização de trabalho de tipo taylorista no setor de serviços configura um sistema de dominação que leva à “expropriação da própria vontade”. Nessas circunstâncias

[...] o próprio desejo fica comprometido, onde estaria agredido não apenas o pensamento, mas a subjetividade, o próprio fundamento da afetividade, dos sentimentos, das emoções. [...] Nesta ruptura da continuidade entre a subjetividade e o pensamento, estariam dadas as condições para que o corpo fosse atingido (Sznelwar e Massetti, 2002, p. 173).

Diante das proporções epidêmicas e catastróficas da LER/DORT, seria preciso perguntar pelas necessidades econômicas que teriam levado à implantação desse tipo organização do trabalho. Segundo Sznelwar:

Não há evidências científicas que justificariam o modelo de produção de serviços, encontrado nas empresas estudadas. Parece-nos que não se pode comparar um sistema onde se produz objetos, como a indústria, com os problemas que os trabalhadores aí já enfrentam, com um sistema baseado no relacional, como o setor de serviços. Transformar o *relacional*, se pensarmos nas diferentes dimensões de sua complexidade, em *objetal*, seria uma forma de violência, de tentativa de enquadramento da variabilidade, [na qual] os resultados tangíveis seriam corpos comprimidos e a LER/DORT (*Idem*, p. 175; grifos meus).

Mobilização do afeto e exaustão nas profissões do cuidado

O esgotamento profissional é um sofrimento típico das profissões em que aspectos relacionais e afetivos do sujeito são requeridos no trabalho: educadores, profissionais da saúde, assistentes sociais etc. Em geral, a literatura atribui maior risco de esgotamento a todas atividades que estão sob a rubrica de profissões do cuidado.

A categoria de esgotamento profissional tem sua origem na expressão *burnout* (do inglês *to burn out*: queimar por completo), usada pela primeira vez pelo psicanalista Herbert Freudenberger, em 1974. O conceito de *burnout* é marcado por enorme indefinição. O termo pode designar depressão por esgotamento, estafa, exaustão, fadiga, esgotamento etc. Por isso, as pesquisas epidemiológicas que fazem uso do termo acabam por indicar uma incidência muita alta da patologia.

Usamos essa expressão em sentido alargado e independente de qualquer definição clínica. As pesquisas que entendem esgotamento profissional como uma entidade nosográfica acabam por superestimar sua incidência e, paradoxalmente, em vez de esclarecer o problema, acabam por obscurecer esse sofrimento social decorrente do trabalho. Seja como for, o fato é que a “síndrome de *burnout*” já é reconhecida inclusive pelo INSS como doença do trabalho. Vejamos a definição dada pelo órgão:

O *burnout* pode ser definido como uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente

quando estes estão preocupados ou com problemas, em situações de exigem tensão emocional e atenção constantes e grandes responsabilidades. [...]

A síndrome de *burnout* envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes e organização do trabalho, sendo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais para o trabalhador e a organização. O quadro tradicional de *stress* não envolve tais condutas e atitudes (Brasil, 2007, p. 56).

Nosso interesse na questão se deve ao fato de que boa parte das pesquisas que utilizam o termo toma como objeto uma ocupação profissional como, principalmente, professores e enfermeiros. Os profissionais acometidos por esgotamento profissional são em geral funcionários públicos da educação, saúde e do serviço social. Depois das reformas neoliberais, esses profissionais têm enfrentado condições inadequadas de trabalho. Mas como o trabalho é notadamente marcado por aspectos vocacionais, muitos profissionais se utilizam da “mobilização de si” para alcançar seus objetivos a despeito das adversidades, das longas jornadas e da baixa remuneração.

Em certos casos, é difícil separar o que é trabalho e o que é engajamento político, podendo, inclusive, tal engajamento ser imbuído de convicções revolucionárias. Interessa ao Estado e ao terceiro setor mobilizar a militância, a vocação e o sentimento de “missão” desses trabalhadores para conter os efeitos negativos do desmantelamento das políticas sociais.

Nesse caso, não seguimos a argumentação de Dejours a respeito da diferenciação da “mobilização de si” do sujeito e as técnicas de mobilização da administração da empresa. Como já foi dito, Dejours faz questão de salientar que, apesar dos esforços das técnicas de mobilização da administração das empresas, a mobilização de si nunca é capturada. A nosso ver, nesse tipo de trabalho mobilização política e mobilização subjetiva se entrecruzam, mas certamente esse embaralhamento não é total. O esgotamento profissional é prova disso.

Para melhor compreensão, torna-se adequado citar um pouco mais longamente a pesquisa de Sznalwar, baseada na psicodinâmica do trabalho, sobre agentes comunitários de saúde (ACSs) da cidade de São Paulo. Talvez seja um dos casos de trabalhadores sociais em que a mobilização se dá de forma mais intensa; podemos dizer, fazendo uso de uma metáfora, que eles parecem soldados da saúde permanentemente arregimentados por um trabalho sem fim.

A dificuldade de definir a função desses trabalhadores já indica que a mobilização de seu trabalho extrapola quaisquer limites convencionais.

O que são os ACSs? Representam o Estado e trazem tanto uma mensagem de prevenção e promoção da saúde? Como atuam a partir do serviço público? São da comunidade? Seus representantes? São um elo entre a comunidade e o sistema de saúde? Portanto, não podem ser considerados como meros integrantes da comunidade nem como agentes do Estado. O agente tem uma profissão, ou sua atividade não pode ser considerada como atividade profissional? Afinal o que são? Para quem trabalham? (Sznelwar, 2007, p. 54).

Acompanhamos a seguir a análise de Sznelwar do cotidiano de trabalho dos ACSs. A extensa citação justifica-se por retratar o quadro como um todo.

Trata-se de um *trabalho permanente de elaboração e reelaboração*, pois [trata-se de] um processo contínuo de interação e atualização. As suas atividades exigem muita memorização devido ao grande volume de informações a tratar, como as orientações e solicitações dos demais profissionais, o preenchimento de guias de exame, os resultados de consultas, as receitas de medicamentos, os exames a serem entregues, a liberação de vagas no sistema de referência, a verificação de usuários que faltaram às consultas ou os exames agendados, os mais variados conceitos sobre saúde, dentre outras. Auxiliam na coleta de material para exames, preparam kits para exames, etiquetam material utilizado na unidade, fazem registros dos exames. Participam também dos grupos educativos, preparando as informações a serem fornecidas, baseadas no tema do grupo e no acompanhamento da evolução dos usuários. [...]

O Programa de Saúde da Família (PSF) trabalha o “ciclo da vida”. Isto requer que eles acompanhem as pessoas desde o nascimento até a morte, ou ainda depois da morte, pois continuam a trabalhar com as famílias. É por isso que afirmam que os atendimentos no PSF nunca se concluem, que o usuário nunca tem alta. Além disso, tem a sensação de que as necessidades da população são infinitas. [...]

Se, por um lado, trabalhar neste cenário gera satisfação diante da possibilidade de ajudar outrem, por outro, o *engajamento* coloca-os frente a inúmeras situações que ultrapassam as suas capacidades e as do sistema de saúde para resolver as demandas da população. [...]

Há uma constante contradição entre a criação de limites e o envolvimento. Têm medo de se tornarem cínicos, mas, por outro lado, acreditam que precisam limitar seu próprio sofrimento [...] (*Idem*, pp. 51-55; grifos meus).

Embora o autor não trate da questão em termos de esgotamento profissional, é muito razoável supor que, dada a carga psíquica mobilizada pelo

17. Em outra pesquisa sobre os ASCs da cidade de São Paulo, feita a partir de outro referencial teórico e com métodos epidemiológicos, constatou-se que “a proporção de participantes classificados como casos de transtornos mentais comuns com níveis de exaustão emocional alta (78,7%), despersonalização alta (19,7%) e decepção alta (42,6%) foi maior que a de não-casos (20%, 2,5% e 7,5%, respectivamente). [...] A prevalência da síndrome do esgotamento profissional do presente estudo (24,1%) foi maior que a encontrada em oncologistas brasileiros (7,8%) e em trabalhadores de enfermagem (16,2%), mas abaixo da média descrita para profissionais de saúde em outros países (33,8%)” (Silva e Menezes, 2008, p. 927). Trata-se de um claro exemplo do tipo de pesquisa que transforma o sofrimento social em entidades nosográficas.

trabalho do agente comunitário, um sofrimento decorrente do trabalho com as características atribuídas ao *burnout* seja um desfecho possível¹⁷.

Nos casos dos professores da rede pública do estado de São Paulo, o esgotamento se deve à mobilização do professor e à irrealidade do trabalho sob as políticas de progressão continuada. Segundo Seligmann-Silva:

No caso dos professores e de outros que trabalham na prestação de cuidados a crianças, a idosos e a doentes, o surgimento de acusações injustas, os boicotes ou imposições que impedem o uso da capacidade profissional e o cumprimento dos princípios éticos têm ocasionado não só duras frustrações, mas esgotamento profissional. Na atualidade, o mais frequente é que esse esgotamento sobrevenha em determinadas circunstâncias nas quais a exacerbação de esforços colide com a decepção, como pode acontecer em serviços de saúde (2009, p. 36).

Conclusão

Em relação ao mundo do trabalho, as forças da modernização conservadoras impuseram novas formas de medida para o desempenho, a produtividade e a “qualidade”. O que representa a avaliação individual de desempenho e a qualidade total se não uma tentativa de impor uma medida?

O discurso do capital humano, da responsabilidade e da participação constitui uma forma de implicar o indivíduo. Esses termos se impõem e substituem as solidariedades de classe e o sentimento de pertencimento à nação. Em relação à vida humana, aquelas mesmas forças criaram métodos voltados para a mensuração de afetos, comportamentos e relações humanas. O que é a psiquiatria diagnóstica se não pura medida?

A simultaneidade dessas mudanças não deixa margens para a dúvida. Esses processos, que atuam em esferas diferentes, seguem um mesmo princípio. Enquanto o capitalismo ia se desorganizando, novas tendências se levantavam para conter os efeitos. Ao mesmo tempo, outra realidade configurava-se. Essa é a contemporaneidade marcada, de um lado, pela crise e, de outro, pelo controle.

A servidão voluntária, o assédio moral, o esgotamento profissional, a sobrecarga e o estresse pós-traumático não foram criados pelo presente. Essas patologias não apresentam nenhuma especificidade que nos permita falar em “novas psicopatologias”. Não são novas qualidades do presente que permitem, depois de estabelecidos os vínculos entre o social e o psíquico, pensar em “novas psicopatologias”.

Nossa análise foi pautada por um argumento oposto. Os vínculos sociais perdidos deram vazão ao que já existia, mas em menor escala. O assédio moral, por exemplo, não é um fato novo, desde sempre ele foi uma consequência daquilo que Marx chamou de “tirania da fábrica”. Quando Dejours, de forma genérica, fala em “patologias da solidão” para se referir a sobrecarga, o assédio etc., ele está descrevendo um processo de perda, e não de novidades psicopatológicas. É a perda do viver junto que abre o terreno para as epidemias. No caso do sofrimento depressivo, capturado pela noção de epidemia depressiva, as razões de sua expansão se devem às características alienantes do mundo do trabalho, entre elas a quantificação, que tem uma importância decisiva.

Como vimos, o sofrimento depressivo é uma reação à alienação no trabalho. O sofrimento aparece quando não são garantidas ao sujeito as condições mínimas para a sua autonomia. Mas o sofrimento depressivo não pode ser entendido como uma consequência direta da alienação e do assédio. O sofrimento só se instala por completo quando não encontra espaço para ser elaborado e ressignificado – outra vez a patologia da solidão, quando não se vislumbra a saída.

Paradoxalmente, o sofrimento depressivo é uma forma de resistência do sujeito diante das características alienantes e, por vezes, violentas da organização do trabalho, quando não se pode mais, como observou Kafka, distinguir ao certo gerenciamento de ameaça. A análise do sofrimento depressivo como um sofrimento social relativo ao trabalho visa desnaturalizar esse estado de coisas, da violência da coisificação, que reduz mulheres e homens à condição de *animal laborans*.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Fernanda Moreira. (2007), *Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas*. São Paulo, LTr.
- AB’SABER, Tales. (s/d), *Sete ensaios de dialética infantil*, mimeo.
- ALVES, Francisco. (2009), “Trabalho intensivo e pagamento por produção: o moedor de carne do complexo agroindustrial canavieiro”. Trabalho apresentado no seminário “O processo de intensificação do trabalho sob diferentes olhares”. São Paulo, Fundacentro, 27 de maio.
- ARANTES, Paulo. (2004), *Zero à esquerda*. São Paulo, Conrad.
- . (2006), *Alarme de incêndio no gueto francês: uma introdução à Era da Emergência* (mimeo.).

- . (2007), *Extinção*. São Paulo, Boitempo.
- ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. (2000), *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*. 4ª ed., texto revisado. 1ª edição 1994. Washington, DC, American Psychiatric Association.
- BERARDI, Franco. (2009), "Patología de la hiperexpresividad". Disponível em <<http://eipcp.net/transversal/1007/bifo/es>>, consultado em 11/10/2009.
- BERNARDO, João. (2004), *Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo, Cortez.
- BRASIL. (2007), Resolução DC n. 10, de 23 de dezembro de 1999, INSS. In: ABREU, Fernanda Moreira de. *Depressão como doença do trabalho e suas repercussões jurídicas*. São Paulo, LTr.
- CARDOSO, Irene. (2001), "Subjetividade e cultura". Projeto de pesquisa (CNPq). São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP.
- CASTEL, Robert. (1987), *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- . (1998), *A metamorfose da questão social*. Petrópolis, Vozes.
- CONRAD, Peter. (1992), "Medicalization and social control". *Annual Review of Sociology*, 18.
- . (2007). *The medicalization of society*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- COSTA, Jurandir Freire. (2000), "Playdoier pelos irmãos". In: KEHL, Maria Rita (org.). *Função fraterna*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- . (2001), "Subjetividade e cultura". Projeto de pesquisa. São Paulo, Departamento de Sociologia, FFLCH-USP.
- DEJOURS, Christophe. (1992), *A loucura do trabalho: estudo sobre psicopatologia do trabalho*. São Paulo, Cortez/Oboré.
- . (1999), *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- . (2004a), "La fatigue d'être soi: revers de l'emancipation ou signe d'alienation". *Revue Française de Psychosomatique*. Número especial "Vivre fatigue". Paris, PUF.
- . (2004b), "Subjetividade, trabalho e ação". *Revista Produção*, 14 (3): 27-34.
- . (2008a), "Alienação e clínica no trabalho". In: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte (orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro/Brasília, Fiocruz/Paralelo 15.
- . (2008b), "Novas formas de servidão e suicídio". In: MENDES, Ana. *Trabalho e saúde*. Curitiba, Juruá.
- . (2009), "A carga psíquica do trabalho". In: DEJOURS, C., ABDOUCHELI, E., JAYET, C. & BETIOL, Maria I. S. (coords.). *Psicodinâmica do trabalho: contribuição da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo, Atlas.

- _____. & MOLINIER, Pascale. (2008), “O trabalho como enigma”. In: LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte (orgs.). *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro/Brasília, Fiocruz/Paralelo 15.
- EHREINREICH, Barbara. (2006), *Desemprego de colarinho branco: a inútil busca do sucesso profissional*. Rio de Janeiro, Record.
- EHRENBERG, Alain. (1998), *La fatigue d'être soi : depression et société*. Paris, Odile Jacob.
- _____. (2004), “Les changements de la relation normal-pathologique : à propos de la souffrance psychique et de la santé mentale”. *Esprit*. Paris, maio.
- _____. (2005a), *Le culte de la performance*. Paris, Hachette.
- _____. (2005b), *L'individu incertain*. Paris, Hachette.
- ELLIOTT, Carl & CHAMBERS, Tod (orgs.). (2004), *Prozac as a way of life*. Chapel Hill, University of North Carolina Press.
- FONTENELLE, Isleide. (2010), “O fetiche do eu autônomo: consumo responsável, excesso e redenção como mercadoria”. *Psicologia & sociedade*, 22 (2): 215-224.
- FOUCAULT, Michel. (2008), *O nascimento da biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes.
- GRUPO KRISIS. (1999), *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo, Labor/FFLCH/USP.
- GÜNTER, Klaus. (2006), “Crítica da pena I”. *Revista de Direito GV*, 2 (2): 187-204, jul.-dez.
- _____. (2007), “Crítica da pena II”. *Revista de Direito GV*, 3 (1): 137-150, jan.-jun.
- HADDAD, Fernando. (1997), “Trabalho e classes sociais”. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, 9 (2): 97-123, out.
- HORVITZ, Allan. (2002), *Creating Mental Illness*. Chicago, University of Chicago Press.
- IMBRIZI, Maria Jaquelina. (2005), *A formação do indivíduo no capitalismo tardio: uma análise de estudos que vinculam a esfera subjetiva ao mundo do trabalho*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- KAFKA, Franz. (2008), *A metamorfose*. São Paulo, Cia. das Letras.
- LANCMAN, Selma & SZNELWAR, Laerte (orgs.). (2008), *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro/Brasília, Fiocruz/Paralelo 15.
- LINHART, Danièle. (2007), *A desmedida do capital*. São Paulo, Boitempo.
- LÓPEZ-RUIZ, Osvaldo Javier. (2004), *O ethos dos executivos das transnacionais e o espírito do capitalismo*. Tese de doutorado. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp.
- NASCIMENTO, Rodnei Antônio do. (2006), *Formas da subsunção do trabalho no capital: subsunção formal, real e intelectual*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP.
- PAOLI, Maria Célia. (2002), “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- SALOMON, Jean Claude. (2005), *Le complexe medico-industrial*. Paris, ATTAC/Mille Et Une Nuits.
- SANTANA, Vilma Sousa *et al.* (2006), "Acidentes de trabalho: custos previdenciários e dias de trabalho perdidos". *Revista Saúde Pública*, 40 (6), dez.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. (1994), *Desgaste mental no trabalho dominado*. São Paulo/Rio de Janeiro, Cortez/Editora da UFRJ.
- _____. (2003), "Psicopatologia e saúde mental no trabalho". In: MENDES, R. *Patologia do trabalho*. Rio de Janeiro, Atheneu, vol. 2.
- _____. (2009), "Precarização da saúde mental no trabalho precarizado". In: _____ (org.). *Desgaste mental no trabalho dominado* (nova edição, inédita).
- SILVA, Andréa T. da & MENEZES, Paulo R. (2008), "Esgotamento profissional e transtornos mentais comuns em agentes comunitários de saúde". *Revista de Saúde Pública*, 42 (5).
- SOUZA, Regina Magalhães de. (2007), *O discurso do protagonismo juvenil*. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH-USP.
- SZNELWAR, Laerte. (2007), "Ergonomia e psicodinâmica do trabalho: um diálogo possível e desejável". In: MENDES, Ana Magnólia, CRUZ, Suzana Canez da & FACAS, Emílio Perez (orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília, Paralelo 15.
- _____. & MASSETTI, Morgana. (2002), "Agressões ao corpo e/ou sofrimento psíquico? Um estudo construído a partir da experiência de trabalhadores com LER/DORT". *Travailleir*, 2 (8).
- TELLES, Vera da Silva. (2007), "Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade (anotações inconclusas de uma pesquisa)". In: OLIVEIRA, Francisco de & RIZEK, Cibele S. (orgs.). *A era da indeterminação*. São Paulo, Boitempo.
- TONELLI, Maria José. (2005), "À beira de um ataque de nervos: um dia na vida de executivos em São Paulo". Relatório de pesquisa. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas.
- UCHIDA, Seiji. (2007), "Organização do trabalho: vivências de sofrimento e prazer". In: MENDES, Ana Magnólia, CRUZ, Suzana Canez da & FACAS, Emílio Perez (orgs.). *Diálogos em psicodinâmica do trabalho*. Brasília, Paralelo 15.

Resumo

O trabalho em causa na "epidemia depressiva"

Entendemos que o sofrimento social – particularmente quando se manifesta na forma da depressão – é inerente à atual configuração do mundo do trabalho e afeta às mais diversas ocupações profissionais, todas elas marcadas pela desfiliação e pela sobrecarga de trabalho. Paradoxalmente à época da superestimação dos transtornos mentais e da medicalização da sociedade, o sofrimento no trabalho é expulso do campo clínico, teórico e político.

Palavras-chave: Depressão; Trabalho; Sofrimento social.

Abstract

Work in question in the "depression epidemic"

The text argues that social suffering – particularly when manifest in the form of depression – is inherent to the current configuration of the world of work and affects the most diverse professional occupations, all of them marked by dissociation and overwork. Paradoxically in an era involving the overestimation of mental disturbances and the medicalization of society, suffering at work is expelled from the clinical, theoretical and political field.

Keywords: Depression; Work; Social Suffering.

Texto recebido e aprovado em
11/4/2011.

Luciano Pereira é professor doutor I de Sociologia na Facamp. E-mail: <lucianopereira@usp.br>.